



Senado Federal

Destaques da semana (14 a 16 de dezembro)

Plenário

Código de Processo Civil (CPC) – O **PLS 166/10** que reforma o CPC, será apreciado no Plenário em sessões extraordinárias que acontecerão na terça-feira (14), às 11h, e na quarta-feira (15), às 11h e às 19h.

Reunião de líderes - O Senado ainda não tem pauta prevista para as sessões plenárias desta semana. Uma reunião de líderes deve ser realizada amanhã (14) para definir as prioridades da pauta de votações. Entre os projetos prioritários do governo está o **PLC 41/10**, que trata da Lei Geral de Acesso à Informação.

TERÇA-FEIRA (14):

10 horas - Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – A CAE deve analisar o **PLS 354/09**, de autoria do Senador Delcídio Amaral (PT-MS), que propõe que sejam concedidos favores fiscais para facilitar a regularização de rendimentos, bens e direitos localizados no Brasil ou no exterior, de titularidade de contribuintes pessoas física ou jurídica domiciliados no País, mas que não tenham sido declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na forma e tempo devidos. O projeto anistia, ainda, os contribuintes dos ilícitos fiscais relacionados com os bens e valores declarados a destempo e extingue a punibilidade dos respectivos crimes contra a ordem tributária e alguns crimes contra a administração pública (descaminho, falsidade ideológica, entre outros) também relacionados com a retificação da declaração prevista na proposição.

11 horas - Comissão de Educação e Cultura (CE) - A CE analisa o **PLS 43/03**, que autoriza o Executivo a criar programa de incentivo à prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas.

11 horas - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) - A comissão analisa três projetos de lei sobre consumidor. São eles:

PLC 35/09 - Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de bilhetes de meia-entrada.

PLC 70/09 – Obriga as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.

PLS 135/09 - Altera o Código de Defesa do Consumidor, para obrigar o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso, na hipótese de a reparação do defeito demandar mais de dois dias úteis.

QUARTA-FEIRA (15):

09 horas - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) - A CCT analisa o parecer do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pela rejeição do **PLS 363/03**, que pretende obrigar os provedores de acesso à internet e os provedores de conteúdo a veicularem mensagens informativas sobre os danos que podem advir do consumo de drogas. A proposição recebeu parecer favorável nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação e Cultura (CEC).

10 horas - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – A CCJ agendou reunião com 77 proposições. Entre os itens polêmicos estão as seguintes matérias:

Substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ao **PLS 438/03**, que altera o artigo 75 do Código Penal, para aumentar o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade dos atuais 30 para 50 anos.

Parecer do senador Pedro Simon pela aprovação do **PLS 248/10**, que altera o artigo 115 do Código Penal, para extinguir a redução dos prazos prescricionais em razão de idade.

PLS 219/08 (Complementar), do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, para assegurar ao Ministério Público acesso a informações contábeis, fiscais e bancárias de pessoas físicas e jurídicas, sem prévia autorização judicial.



Câmara dos Deputados

Destaques da semana (14 a 16 de dezembro)

Plenário

Legalização dos bingos – O destaque da pauta é o **PL 2944/04**, que regulamenta a exploração dos jogos de bingo no Brasil. Na última quarta-feira (8), os deputados aprovaram o rito de urgência de análise do projeto, que passa a ter prioridade de votação sobre as demais proposições em pauta – em votação em sessões extraordinárias, já que dez medidas provisórias trancam os trabalhos nas sessões ordinárias. A sessão extraordinária está marcada para amanhã (14), às 13 horas. Podendo haver sessões na quarta e quinta-feira.

TERÇA-FEIRA (14):

14 horas - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) – Na pauta o **PL 6840/10**, que pretende instituir, no corpo do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a possibilidade de escolha pelo consumidor, no momento da compra de bens ou serviços com pagamento diferido, de uma instituição bancária entre quatro que lhe sejam oferecidas pelo fornecedor, para pagamento de boleto de cobrança após a data de vencimento da obrigação. Na pauta ainda consta o **PL 4245/08**, propõe que seja alterado o Código de Defesa do Consumidor para: a) diminuir o prazo de manutenção de informações negativas do consumidor nos bancos de dados de proteção ao crédito; b) determinar que os serviços de proteção ao crédito enviem comunicação, no prazo de cinco dias úteis, sobre a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo; c) proibir o registro de informação negativa caso haja contestação judicial sobre o débito; d) determinar sanção caso o consumidor não seja informado sobre abertura de registro com seus dados nos serviços de proteção ao crédito.

14 horas - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) – A CCJ deve votar o **PL 674/07**, do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que regulamenta a união estável, reconhecendo a união entre pessoas do mesmo sexo. Altera também as regras do divórcio, estabelecendo o conceito jurídico do “divórcio de fato”, o qual consiste na ruptura, por mais de cinco anos, da vida em comum dos integrantes de relação conjugal ou de união estável. O projeto é conhecido como

Estatuto das Famílias. Na última reunião, foi concedida vista conjunta aos Deputados Gerson Peres (PP-PA), José Genoíno (PT-SP), Marcelo Itagiba (PSDB-RJ), Marcelo Ortiz (PV-SP), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paes Landim (PTB-PI) e Regis de Oliveira (PSC-SP). O deputado Régis de Oliveira apresentou voto em separado pela rejeição da matéria.

Na pauta ainda constam os seguintes projetos:

PL 5982/09, que autoriza o porte de arma para os agentes e guardas prisionais integrantes de escoltas de presos e as guardas portuárias.

PEC 505/10, que visa a perda do cargo do magistrado como medida disciplinar. A PEC é de autoria da senadora Ideli Salvati (PT-SC) e tramita no Congresso desde 2003. O texto passou no Senado, após acordo de líderes.

PL 2333/07, que propõe a ampliação do prazo prescricional para se iniciarem ações por atos de improbidade definidos na Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.

PL 7107/10, do deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), pretende alterar os artigos 185, 217 e 572, do Código de Processo Penal, com o objetivo de tornar obrigatória a participação do representante do Ministério Público durante a instrução do processo crime.

14 horas - Comissão de Segurança Pública de Crime Organizado (CSPCO) – O primeiro item da pauta é o **PL 6578/09**, que dispõe sobre organizações criminosas. O projeto é de autoria da senadora Serys Shessarenko (PT-MS), foi relatado pelo senador Aloísio Mercadante no Senado e agora recebeu parecer favorável do deputado João Campos (PSDB-GO) na Comissão de Segurança. A matéria ainda precisa ser votada nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Veja a seguir os principais pontos do projeto:

- Cria conceito explícito de crime organizado, hoje inexistente.
- Pena de reclusão, de 3 a 10 anos **apenas por fazer parte da organização criminosa**, sem considerar as penas pelos crimes eventualmente cometidos. **Pena em dobro** se houver utilização de arma de fogo. **Pena agravada** para os **comandantes**.
- A lei busca tipificar um **novo perfil** de crime organizado, em que o poder não se volta com exclusividade à realização de fatos estritamente criminosos (tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, seqüestros, tráfico de mulheres ou de crianças, etc), mas a uma atuação aparentemente lícita na **ordem econômica ou na ordem política**.
- Permite investigação através de **colaboração premiada, escuta ambiental, ação controlada, infiltração, acesso aos registros telefônicos e interceptação telefônica** (autorizadas por juiz).
- Prevê a punição ao crime organizado que financia **campanhas políticas**.

- Possibilidade de **alienação antecipada de bens** apreendidos sujeitos a deterioração. Esta medida é útil porque não só preserva o valor do bem (evitando depreciação ou deterioração do patrimônio), mas também cortando custos do Estado com o armazenamento e manutenção de tais bens. A título informativo, o cadastro do SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos, gerido pelo CNJ, conta hoje com bens apreendidos cujo valor total supera 1 bilhão de reais.
- O projeto abrange o **fornecedor**, para o crime organizado, de armas, munições ou instrumentos a ele destinados e ainda quem oculta tais objetos ou os tem em depósito.

14h30 – Comissão Especial criada para analisar a proposta de regulamentação da exploração mineral em reservas indígenas – Discussão do substitutivo do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), ao **PL 1610/96**. O substitutivo determina que a palavra final sobre a possibilidade de mineração em terras indígenas será da comunidade afetada. A autorização para a exploração, contudo, ficará a cargo do Congresso Nacional.

14h30 – Comissão Especial sobre remuneração dos advogados públicos – O colegiado analisa o substitutivo do deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) às propostas de emenda à Constituição **443/09**, do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), e **465/10**, do deputado Wilson Santiago (PMDB-PB). O texto define que a remuneração do topo das carreiras de defensores públicos estaduais e federais, advogados da União, procuradores federais, estaduais, da Fazenda Nacional e do Banco Central será 90,25% do subsídio dos ministros do STF.

QUARTA-FEIRA (15):

10 horas – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) – Na pauta o **PL 6983/10**, que dispõe sobre os meios de prova admitidos no processo cível e penal, quando a lide envolver o uso de sistema eletrônico, digital ou similares, de rede de computadores, ou que sejam praticados contra dispositivos de comunicação ou sistemas informatizados e similares.

10 horas – Comissão de Finanças e tributação (CFT) – A CFT vota o **PL 3571/08**, do Poder Executivo, que pretende criar o **Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI**, ao tempo que propõe estabelecer normas sobre a composição, competência, representação e funcionamento do referido Conselho.

10 horas – Comissão de Seguridade, Social e Família (CSSF) – A Comissão de Seguridade analisa o **PL 6430/09**, tem por objetivo aumentar a pena imposta ao crime de maus tratos, quando a vítima for menor de idade (tenra idade) ou idoso (idade avançada), e quando o crime for praticado por pessoa que tenha a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância por meio de prestação remunerada.

14h30 – Comissão Especial que analisa a criação da Lei Orgânica da Polícia Federal – Agendada reunião para discutir e votar o parecer do relator, deputado Laerte Bessa (PSC-DF). A comissão analisa o **PL 6493/09, do Poder Executivo**, que estabelece o organograma, as carreiras e as atribuições da Polícia Federal e assegura a sua autonomia investigativa.

EXPEDIENTE: Informe Aspar / MJ – Boletim com as notícias do Congresso Nacional.
Contatos: 2025-3527/9001/9108 – aspar@mj.gov.br